

O Papel da Subjetividade no Contexto da Contabilidade Gerencial

Ernando Antonio dos Reis

Reinaldo Guerreiro

Resumo:

Este artigo tem como objeto de estudo a questão da subjetividade, que caracteriza a realidade econômica que a Contabilidade procura retratar, vis-a-vis ao aspecto da objetividade, que deve nortear a apuração do 'Lucro contábil'. De um lado, a objetividade está relacionada com os interesses dos usuários externos da contabilidade e, de outro lado, a subjetividade se impõe no contexto do usuário interno. Nesse sentido, a partir de ampla revisão bibliográfica, pretende-se, em primeiro lugar, analisar os fundamentos desse problema e, com base nas premissas consideradas, defender a eleição de conceitos subjetivos no contexto da Contabilidade Gerencial. O que se pretende demonstrar é que tal escolha é crucial para que a informação contábil seja capaz de apresentar utilidade para o usuário interno da contabilidade. Na seqüência, é apresentado um breve exemplo com o objetivo de ilustrar a possibilidade real da utilização de conceitos subjetivos no processo contábil de identificação, mensuração e informação.

Palavras-chave:

Área temática: CUSTOS E TOMADA DE DECISÕES

O PAPEL DA SUBJETIVIDADE NO CONTEXTO DA CONTABILIDADE GERENCIAL

Ernando Antonio dos Reis - Mestre em Controladoria e Contabilidade ¹

Reinaldo Guerreiro - Doutor e Livre Docente em Controladoria e Contabilidade ²

¹-Doutorando em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP

Prof. da Faculdade de Ciências Contábeis da UFU- eareis@ufu.br

Rua João Borges, 351 - Bairro Presidente Roosevelt; CEP 38.401-056; Uberlândia -MG

²- Professor e Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP,
Pesquisador da FIPECAFI/FEA/USP

reiguerr@usp.br

Área Temática(4): CUSTOS E TOMADA DE DECISÕES

O PAPEL DA SUBJETIVIDADE NO CONTEXTO DA CONTABILIDADE GERENCIAL

Área Temática(4): CUSTOS E TOMADA DE DECISÕES

RESUMO:

Este artigo tem como objeto de estudo a questão da subjetividade, que caracteriza a realidade econômica que a Contabilidade procura retratar, *vis-a-vis* ao aspecto da objetividade, que deve nortear a apuração do 'Lucro contábil'. De um lado, a objetividade está relacionada com os interesses dos usuários externos da contabilidade e, de outro lado, a subjetividade se impõe no contexto do usuário interno. Nesse sentido, a partir de ampla revisão bibliográfica, pretende-se, em primeiro lugar, analisar os fundamentos desse problema e, com base nas premissas consideradas, defender a eleição de conceitos subjetivos no contexto da Contabilidade Gerencial. O que se pretende demonstrar é que tal escolha é crucial para que a informação contábil seja capaz de apresentar utilidade para o usuário interno da contabilidade. Na seqüência, é apresentado um breve exemplo com o objetivo de ilustrar a possibilidade real da utilização de conceitos subjetivos no processo contábil de identificação, mensuração e informação.

1. *Introdução*

Alguns estudiosos contemporâneos têm defendido a idéia de que a Contabilidade deve procurar meios de aproximar-se mais do conceito de valor, ao invés de continuar ligada exclusivamente aos conceitos de custo e preço, privilegiando neste sentido conceitos subjetivos em detrimento da objetividade. Por outro lado, os defensores da denominada *Teoria Positiva da Contabilidade*¹ argumentam que os conceitos contábeis não necessitam expressar aspectos subjetivos, uma vez que números contábeis, à luz da objetividade, representam importante variável do processo decisório do usuário.

Nota-se, pois, a existência de certa polêmica entre aqueles que defendem a consideração de conceitos subjetivos e, de outro lado, aqueles que defendem a observação da objetividade. Todavia, é válido apreciar o contexto considerado em cada uma das posições, a fim de que sejam compreendidas ambas as justificativas e, mais importante do que isso, buscar a construção de uma visão abrangente de teoria, capaz de contemplar a Contabilidade Gerencial, ou seja, aquela voltada às necessidades de informação dos gestores internos de uma organização.

Tal preocupação é de extrema importância, tendo em vista, principalmente, que a maioria dos estudos de teoria contábil² volta-se para as necessidades dos usuários externos.

1 WATTS, Ross L. & ZIMMERMAN, Jerold L. *Positive Accounting Theory*. New Jersey: Prentice Hall, 1986, p. 1.

² incluindo aqui os esforços da teoria positiva

Para esses, a informação contábil pode adquirir determinadas formatações que não necessariamente atendem os interesses dos gestores internos da organização.

Nesse contexto, a preocupação central do presente estudo encontra-se vinculada ao processo de geração de informação destinada ao gestor interno da organização. Objetiva-se evidenciar a necessidade de informações personalizadas para esse gestor, cuja estruturação encontre fundamento na teoria da contabilidade. Nesse sentido, há que se evidenciar algumas características que distinguem a informação destinada ao público interno e externo e, conseqüentemente, as particularidades de sua geração.

2. *Premissas e definições*

2.1. Usuários da Contabilidade

A Contabilidade apresenta-se, no âmbito das entidades, com a finalidade de suprir os vários gestores, com informações capazes de orientá-los, no processo de escolha entre as diversas alternativas de uso dos recursos disponíveis.

Nesse contexto, a Contabilidade procura cumprir essa tarefa a partir do tratamento organizado dos dados relacionados com as operações econômicas da sociedade, entre os quais se destacam: capitalização, compra, produção, venda etc. A Contabilidade deve registrar, apresentar e interpretar os fatos, traduzindo-os em informações úteis - resultado das ações passadas e elementos para predição - aos usuários internos e externos à entidade. Segundo IUDÍCIBUS³, os principais tipos de usuários e seus respectivos interesses pela informação contábil, em resumo, são:

- a) **Acionistas** interessam-se pelo fluxo de dividendos, valor de mercado da ação, Lucro por ação;
- b) **Credores** (emprestadores em geral) preocupam-se com a capacidade de geração de caixa;
- c) **Entidades Governamentais** interessam-se pelo valor agregado, produtividade, Lucro tributável;
- d) **Empregados** preocupam-se com a capacidade de caixa que assegure bons aumentos ou manutenção de salários;
- e) **Média e alta administração** interessam-se pelo retorno sobre o ativo, retorno sobre o patrimônio líquido, situação de liquidez e endividamento confortáveis.

Em suma, são diversas as necessidades de informação que a contabilidade pretende atender. De maneira resumida, pode-se classificar como usuários externos aqueles destacados nos itens a, b e c. Os demais são denominados usuários internos, principalmente a Média e alta administração.

2.2. "Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos

Referem-se à estrutura conceitual da Ciência Contábil (postulados, princípios e convenções) que, em tese, deveriam fundamentar a teoria e a prática contábeis. Todavia, a estrutura contábil, desenvolvida historicamente, parece ter-se condicionado a determinadas necessidades pragmáticas, atendendo-as conforme o direcionamento das exigências conjunturais. Por isso, alguns aspectos relevantes foram preteridos, em função de outros interesses materializados a partir de normas, convenções, consenso profissional etc.

2.3. Objetividade

3 IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da Contabilidade*. 3ª ed., São Paulo: Atlas, 1993, p. 18.

Trata-se de um conceito, também denominado norma ou convenção, existente no contexto dos "Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos". Expressa, basicamente, a necessidade de a informação contábil fundamentar-se em fatos passados, materializados em transações ocorridas, se possível documentados e mensurados de maneira impessoal. Por exemplo, a mensuração de um ativo, à luz da objetividade, privilegia o custo de aquisição.

2.4. Subjetividade

Trata-se de um conceito que considera as expectativas e percepções pessoais dos agentes econômicos na identificação e mensuração dos eventos a serem informados pela contabilidade. Neste caso, a mensuração de um ativo deve considerar, à luz da subjetividade, a melhor expressão de seu valor em um contexto determinado, independentemente de condições objetivas. Por exemplo, a avaliação de um maquinário adquirido para uso produtivo deve considerar o seu *fluxo de benefícios futuros*.

2.5. Conceitos relevantes para usuários específicos

Se, para os usuários externos, como advogam alguns estudiosos, a contabilidade deve pautar-se pelos "Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos" e, conseqüentemente, privilegiar a objetividade; os usuários internos precisam de informações parametrizadas pela subjetividade.

A Contabilidade não deve deixar de atender um ou vários de seus usuários. É necessário que seu arcabouço contemple um *'data-base'*⁴, capaz de responder, ao seu tempo, cada um de seus *'clientes'*. Dessa maneira, cada usuário, ao requerer um aspecto da informação contábil, pode dispor de diferentes formas de apresentação dos dados, ou seja, diferentes relatórios.

3. **Caracterização do Problema**

Considerando:

- A existência de um arcabouço denominado "Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos";
- A observação, por conseqüência, do conceito da objetividade para identificação e mensuração dos eventos econômicos;
- A necessidade dos usuários internos por informação relevante, capaz de refletir a realidade operacional e econômica da entidade, a fim de que possam perseguir a eficácia em um contexto caracterizado pela instabilidade que é peculiar aos sistemas econômicos;

A questão fundamental que se coloca é: ***para os fins da Contabilidade Gerencial⁵, a utilização de conceitos subjetivos não deveria prevalecer sobre a objetividade?***

4. **Breve revisão bibliográfica**

4.1. **As premissas da Teoria Positiva da Contabilidade**

Recentemente, várias críticas têm sido dirigidas ao conceito contábil do lucro que, apurado segundo regras objetivas, revela um número sem sentido, incapaz de expressar

⁴ *Id. Ibid.*, p. 17.

⁵ Aquela voltada aos interesses dos usuários internos

o valor da firma e suas variações. Todavia, segundo WATTS & ZIMMERMAN⁶, diversos autores criticam o conceito contábil de lucro, porque consideram que os números contábeis representam a única fonte de informação do usuário. Porém, tendo em vista que existem diversas outras bases de informação acerca das organizações (publicações, entrevistas com executivos etc), mesmo sem evidenciar as mudanças de valor da firma, o lucro contábil representa uma importante variável do processo decisório do usuário, servindo-lhe como um bom estimador dos fluxos futuros de caixa.

Analizando diversos estudos desenvolvidos sob o ponto de vista da Teoria Positiva da Contabilidade, nota-se que sua preocupação básica é quase que exclusivamente com o usuário externo. A maioria dos estudos refere-se a assuntos como: correlação entre lucro contábil e preço de ação, o impacto dos procedimentos de auditoria sobre o preço da ação, o impacto da mudança de instrumentos tributários sobre o lucro contábil e, conseqüentemente, sobre o preço da ação. Nesse caso, a informação contábil, representada principalmente pelo relatório do lucro, apresenta utilidade ao permitir uma razoável estimativa dos fluxos futuros de caixa. Essa informação não requer números analíticos meticulosamente calculados, servindo-se de montantes agregados obtidos sem maiores rigores conceituais. Afinal, a utilidade desses números é fornecer bases adequadas para a projeção do fluxo de caixa futuro.

Essas projeções são realizadas, segundo WATTS & ZIMMERMAN⁷, mediante o auxílio de modelos de precificação de ativos, onde destaca-se o CAPM (Capital Asset Pricing Model). Segundo esse modelo, o valor da empresa pode ser representado pela seguinte equação:

$$V_{i,0} = \sum_{t=1}^T \frac{E(C_{i,t})}{[1 + E(r_i)]^t}, \text{ onde:}$$

$V_{i,0}$ = Valor de mercado da empresa i , no tempo 0 .

$E(C_{i,t})$ = Fluxo de Caixa esperado da empresa i , no tempo t .

$E(r_i)$ = Taxa esperada de retorno da empresa i , no tempo t .

Os estudos realizados segundo a Teoria positiva da Contabilidade consideram ainda, além do CAPM, as Hipóteses do Mercado Eficiente (E.M.S.)⁸. No mercado eficiente, existem outras fontes de informação dentro e fora da firma, tais como: relatórios periódicos de produção, entrevistas de executivos etc. O valor da empresa, na equação do CAPM, depende do fluxo de caixa esperado e da taxa de retorno (risco). Nesse contexto, os números contábeis devem fornecer informação sobre o fluxo de caixa e risco. Estudos empíricos, realizados à luz da Teoria Positiva da Contabilidade, comprovam que os números contábeis, apurados nos moldes atuais, são úteis nas estimativas de fluxo de caixa e risco.

Por outro lado, há que se considerar as necessidades do usuário interno. O gestor, envolvido com as decisões cotidianas, requer informações detalhadas sobre os eventos que lhe compete administrar. Nesse caso, ele necessita de números analíticos de cada transação, calculados da melhor maneira possível. A melhor informação possível, para o usuário interno, como se demonstrará a seguir, parece requerer a consideração do conceito de valor.

6 WATTS, Ross L. & ZIMMERMAN, Jerold L. Op. Cit., p. 20.

7 *Id. Ibid.*, p. 21.

8 *Id. Ibid.*, p. 17.

Para melhor entendimento da questão do valor é válido apreciar o contexto econômico que caracteriza o surgimento do lucro. Essa discussão está apresentada nos tópicos a seguir.

4.2. O Ambiente Econômico do Lucro

O homem dispõe de fatores de produção oriundos, primariamente, da natureza ou da própria ação humana. Historicamente, esses fatores são combinados, no âmbito das relações sociais de produção, cuja resultante é o fornecimento de bens e serviços que visam a satisfazer as necessidades humanas. Pode-se classificá-los, de maneira simples, em quatro classes a saber:

- a) Terra;
- b) Capital;
- c) Trabalho; e
- d) Capacidade empresarial.

Em uma sociedade caracterizada pela propriedade privada dos recursos econômicos - sociedade capitalista - cada um dos fatores supramencionados submete-se a um proprietário que detém o direito de utilizá-lo, ou auferir um rendimento pela cessão do direito de uso a outrem. Nesse caso, o rendimento pelo uso da Terra é denominado Renda da Terra, o rendimento pelo uso do Capital é denominado Juro, o rendimento pelo uso do fator Trabalho é denominado Salário, e a recompensa pelo uso da Capacidade empresarial é o Lucro.

Existe, na verdade, uma série de teorias que procuram explicar o Lucro, sendo a remuneração por utilizar a capacidade empresarial, no processo de combinação dos demais fatores, o argumento de uma delas. Tendo em vista que, cada fator (terra, capital e trabalho) recebe uma recompensa pela sua participação na produção, o resultado da combinação dos fatores, na relação social de produção e consumo, é superior à soma de seus rendimentos, dando lugar a uma quarta recompensa: o Lucro, que segundo BEDFORD⁹:

“É a recompensa paga pelos indivíduos às entidades de negócio pela sua produtividade...que atua como a força motivacional em uma economia de livre mercado”.

Na sociedade capitalista, portanto, cada agente econômico participa das relações de produção e consumo, ofertando e demandando recursos, remunerando e auferindo rendimentos.

A preocupação concernente ao melhor uso dos fatores, cuja quantidade é limitada (problema da escassez), entre diversas alternativas possíveis tem sido objeto de outro ramo das Ciências Sociais: a Ciência Econômica. Nesse contexto, o conceito de Lucro apresenta-se como um referencial para orientar as decisões dos agentes, tornando imprescindível o seu estudo no âmbito das operações.

Esse estudo requer uma quantificação lógica do resultado das operações do empreendimento e de seu reflexo sobre o patrimônio da entidade em análise. Essa problemática constitui o campo de ação da Ciência Contábil.

Teoricamente, é perceptível o alto grau de correlação existente entre as duas áreas do conhecimento, havendo até mesmo uma certa complementaridade entre ambas. Porém, o desenvolvimento histórico tem evidenciado diferentes bases e pressupostos na

9 BEDFORD, Norton M. *Income Determination Theory: An Accounting Framework*. Addison-Wesley, 1965, p. 23-24

aplicação prática de alguns conceitos comuns às duas áreas, tal como se observa com relação ao Lucro, figura fundamental na efetivação do uso adequado dos fatores de produção.

Em resumo, este tópico procurou tornar evidente que, em uma sociedade cuja produção de bens e serviços, para satisfação das necessidades humanas é organizada a partir da propriedade privada dos fatores de produção e, considerando também a limitação de recursos, há que se optar por alternativas possíveis de combinação dos fatores, visando a otimizar utilidades, segundo escalas de valores. Nesse contexto, a Ciência Econômica apresenta teorias para explicar os fenômenos relacionados com a produção de valores subjetivos. À Contabilidade cabe o papel de expressá-los de maneira objetiva e sistemática, traduzindo-os em informações voltadas para usuários específicos.

4.3. **Conceitos de Lucro e Subjetividade**

O estudo do conceito de lucro considera duas grandes vertentes de análise, quais sejam:

- a) Lucro Econômico;
- b) Lucro Contábil.

O conceito do **Lucro Econômico**, privilegiado neste estudo, refere-se, basicamente, à abordagem de HICKS¹⁰, que considera o Lucro como a quantia que uma determinada pessoa pode consumir durante um período de tempo e estar, no final do período, tão bem como estava no início. Esse conceito foi adaptado para uma entidade de negócio, por SOLOMONS¹¹ que considera lucro como:

“(...) a quantia pela qual seu patrimônio líquido aumentou durante o período, devida permissão sendo feita para qualquer novo capital contribuído pelos seus donos ou para qualquer distribuição feita pela empresa para seus proprietários”.

A característica fundamental considerada no conceito econômico de Lucro refere-se ao incremento do patrimônio líquido, seja ele decorrente das operações da entidade, seja decorrente da valorização dos ativos comandados por ela. Segundo GUERREIRO¹²:

“A otimização do resultado econômico se dá: (1) a nível do processo de transformação de insumos em produtos e serviços (agregação de valor) e (2) a nível do aproveitamento das oportunidades de ganhos pela valorização de determinados tipos de ativos, proporcionados pelo mercado”.

Ainda nesse enfoque, segundo KAM¹³, Lucro é:

“(...) o acréscimo no valor econômico do capital entre dois pontos do tempo ... A avaliação de ativos e passivos, por um lado, e determinação do lucro de outro, são simplesmente dois diferentes lados da mesma moeda”.

Finalmente, o conceito econômico de Lucro preconiza a avaliação de ativos e passivos, segundo o valor presente de seu fluxo futuro de serviços.

O conceito do **Lucro Contábil**, tem suas ‘raízes filosóficas’, conforme apresenta GUERREIRO¹⁴, nos conceitos econômicos de Lucro, Capital e Manutenção do Capital ou da Riqueza. Porém, distancia-se do conceito econômico, na medida em que, no

10 HICKS, John. *Value and Capital*. 2ª ed. London: Oxford University Press, 1946, p.172.

11 SOLOMONS, David. Economic and Accounting Concepts of Income. *The Accounting Review*, Julho de 1961, p. 376.

12 GUERREIRO, Reinaldo. *Modelo Conceitual de Sistema de Informação de Gestão Econômica: Uma Contribuição à Teoria da Comunicação da Contabilidade*. Tese de Doutorado apresentada à FEA/USP, 1989, p. 202-203.

13 KAM, Vernon. *Accounting Theory*. New York: John Wiley & Sons, 1986, p.131-132.

14 GUERREIRO, Reinaldo. *Modelo Conceitual de Sistema de Informação de Gestão Econômica*, p. 186.

afã de privilegiar o aspecto da objetividade, submete-se a algumas condições práticas e dogmáticas.

Nesse contexto, o conceito de *'incremento'*, para o reconhecimento do Lucro, é substituído pela noção de *'acontecimento crucial'*, que requer uma evidência de transferência externa - abordagem da transação - para considerar o referido reconhecimento. Dessa forma, ganha ênfase o *'Princípio da Realização da Receita'*, cujo ponto de reconhecimento ideal é aquele em que o produto, ou serviço, é transferido de uma entidade produtora ao seu consumidor, ponto esse que, normalmente, coincide com o momento da venda.

O Lucro Contábil, nesse caso, é o resultado do confronto entre a Receita realizada e a Despesa incorrida, sendo evidenciado, integral e tão somente, via de regra, no momento da transferência.

Os contadores relutam em aceitar o conceito econômico de Lucro em virtude, principalmente, de duas limitações de ordem prática, conforme apresenta MCCULLERS & SCHROEDER¹⁵:

- a) Subjetividade em função da incerteza quanto aos fluxos futuros de entrada e saída de caixa, referentes aos ativos e passivos;
- b) Desconhecimento do fator de desconto a ser utilizado no cálculo do valor presente dos respectivos fluxos.

O conceito de Lucro, bem como a noção de avaliação do patrimônio (ativos e passivos), enquanto faces de uma única moeda, enfatizam, respectivamente, a questão da expressão do valor gerado nas operações da entidade e, o saldo acumulado de valor (poder de compra) comandado por ela. A avaliação de cada um dos aspectos - operações e patrimônio - é realmente subjetiva, haja vista que depende da validação do mercado, sendo essa, caracteristicamente dinâmica e sensível a variações, conforme as mudanças de expectativas dos agentes econômicos.

Há que se considerar, nesse caso, a possibilidade de a Contabilidade acompanhar e mensurar tais variações, para reconhecimento do Lucro. A operacionalização dessa possibilidade, atualmente, é notoriamente difícil, porém há que se aceitá-la como resposta teórica mais coerente com a realidade econômica. Não apenas isso, mas procurar meios de viabilizá-la. Se o homem, durante séculos, não sonhasse com a viagem à lua, certamente, até hoje não teria realizado aquela *"missão impossível"*.

Cabe sempre o questionamento quanto à relevância da manutenção de critérios objetivos, preconizados pelo conceito de Lucro Contábil, porém sem a devida utilidade. Conforme observa Canning, citado por CHANG¹⁶:

"o lucro então mensurado é simplesmente a figura que resulta quando o contador termina de aplicar o procedimento que ele adota".

Nesse sentido, nota-se que o melhor enfoque para abordagem do Lucro é o econômico, no qual desponta a noção do incremento e do valor presente de fluxos de serviços futuros. Nesse contexto, o lucro refere-se ao valor agregado pela entidade, seja através dos produtos que transforma ou através dos ativos que mantém em seu *'portfólio'* de investimentos. Parece não haver, nesse caso, outro momento para reconhecimento do lucro, senão aquele em que a validação pelo mercado é constatada, de forma contínua.

15 MCCULLERS, Levis D. & SCHROEDER, Richard G. *Accounting Theory: Text and Readings*. New York: John Wiley e Sons, 1982, p. 48.

16 CHANG, Emily Chen. Business Income in Accounting and Economics. *The Accounting Review*, October 1962, p. 637.

Evidentemente que os valores oscilam, positiva ou negativamente, e a Contabilidade deve acompanhar e registrar o “*carrossel*” desses valores. Refletir a constante oscilação de valores não é um defeito contábil, mas uma consequência do sistema econômico e, o “*objetivo do contador de um valor estável para os ativos da firma é no melhor dos casos uma miragem*”¹⁷.

Finalmente, considerando a Contabilidade uma Ciência Social imbuída da função pragmática de expressar os valores criados pela sociedade civil, não parece adequado admitir, no limite teórico, critérios diversos para a realização de tal finalidade mas, certamente, um único procedimento que reflita a verdade dos fatos, mesmo que seja uma **verdade relativa**¹⁸, consubstanciada na validação do mercado através de seus mecanismos próprios. Afinal, em se tratando das relações econômicas essa é a verdade que importa. O enfoque contábil de reconhecimento do lucro não cumpre esse papel, merecendo, pois, ser repensado, dando lugar ao enfoque econômico. Certamente que formas de operacionalização do enfoque econômico devem ser encontradas, sob pena de ocorrer, conforme adverte SOLOMONS¹⁹, o “*crepúsculo da mensuração do lucro*”.

Nesse contexto, a grande questão se refere à forma de identificação, mensuração e informação do lucro econômico. Ora, sendo esse entendido, sob o ponto de vista de Hicks, como a diferença de patrimônio em dois períodos de tempo, a sua identificação está, necessariamente, relacionada com qualquer ocorrência que provoque algum impacto patrimonial.

Essa ocorrência é denominada **evento**²⁰ e, a característica de provocar alteração patrimonial revela a sua dimensão econômica, sendo que esta representa apenas uma de suas dimensões, e que ainda inclui, conforme GUERREIRO²¹, uma dimensão operacional e uma dimensão financeira, além de uma quarta denominada dimensão patrimonial.

Os eventos ocorrem, continuamente, em toda empresa, sendo alguns provocados por ela, pela ação de seus agentes, enquanto outros são decorrentes de alterações no ambiente. Compra, produção e venda são exemplos de eventos causados pela organização, enquanto variação específica de preços, variação geral de preços e o valor do dinheiro no tempo são exemplos de eventos provenientes do ambiente.

Sejam os eventos provocados pela empresa ou emanados do ambiente, são eles que permeiam todo o processo administrativo empresarial, aqui denominado processo de gestão. Ou seja, o processo de transformação de recursos em produtos, fisicamente observável na execução das diversas atividades, é, na sua percepção mais profunda, um encadeamento sucessivo de eventos. Logo, a atuação da empresa, na busca da eficácia, deve voltar-se para a otimização dos eventos, levando em consideração a sua dimensão

17 BODENHOR, Diran. An Economist Looks at Industrial Accounting and Depreciation. *The Accounting Review*, October 1961, p. 585-6

18 A ideia de verdade relativa é bastante discutida em metodologia científica, uma vez que a ciência procura explicar a verdade, embora sabendo que a verdade absoluta é praticamente inatingível pelo homem. Daí a necessidade de estabelecimento de verdades relativas ou provisórias, que melhor respondam sobre os fatos observados.

19 SOLOMONS, David. Op. Cit., p. 383.

20 Na verdade, o conceito mais adequado, neste contexto, é o da transação, que se refere a cada situação específica. Porém, sendo o evento uma classe de transações de mesmo impacto patrimonial, para fins teóricos, é ele o conceito de maior interesse.

21 GUERREIRO, Reinaldo. *A Meta da Empresa: seu alcance sem mistérios*. São Paulo: Atlas, 1996, p. 96-97.

econômica, tendo em vista toda a argumentação anterior sobre o papel do resultado econômico na mensuração do êxito empresarial.

Finalmente, a mensuração e a informação do lucro devem considerar a alternativa de valorização que envolve o valor presente do fluxo de benefícios futuros provocados pelo evento, cuja comunicação, no momento de sua ocorrência, seja direcionada aos usuários interessados.

Portanto, as decisões tomadas nas empresas referem-se a eventos operacionais, cuja dimensão econômica deve ser identificada, mensurada e informada com base nos conceitos mais adequados.

O somatório de todos os impactos patrimoniais dos eventos ocorridos, ao longo da existência de qualquer empresa, compõe o seu patrimônio. Assim, é possível representar o patrimônio da empresa ao longo do tempo, condição necessária para apuração do lucro econômico, segundo a abordagem Hickisiana.

Diferenças fundamentais entre o Lucro Contábil e o Lucro Econômico

LUCRO CONTÁBIL	LUCRO ECONÔMICO
Maior Objetividade	Maior subjetividade
Apurado pelo confronto entre receitas realizadas pelas vendas e custos consumidos (ativos expirados)	Apurado pelo incremento no valor presente do patrimônio líquido
Os ativos são avaliados na base de custos originais	Os ativos são avaliados pelo valor presente do fluxo de benefícios futuros
O patrimônio Líquido aumenta pelo lucro	O lucro deriva do aumento do patrimônio líquido da entidade
Ênfase em Custos	Ênfase em valores
Não reconhece ganhos não realizados	Reconhecimento de ganhos realizados e não realizados
Não se efetuam ajustes em função de mudanças nos níveis de preços dos bens na economia	São efetuados ajustes devidos a mudanças nos níveis de preços dos bens na economia
“Amarração” do lucro à condição de distribuição de dividendos	“Amarração” do lucro à condição de aumento da riqueza, independentemente da condição de distribuição de dividendos
Não reconhecimento do “Goodwill”	Reconhecimento do “Goodwill”
.Utilização de regras e de critérios dogmáticos	.Utilização de regras e critérios econômicos

Fonte: GUERREIRO, Reinaldo. *Modelo Conceitual de Sistema de Informação de Gestão Econômica: Uma Contribuição à Teoria da Contabilidade*. Tese de Doutorado, FEA-USP, 1989, p. 196-197. Adaptado.

4.4. *O Ativo e sua mensuração*

No tópico precedente, afirmou-se que a mensuração do lucro e a avaliação dos ativos são duas faces da mesma moeda. Portanto, é importante analisar um pouco mais o conceito de ativo.

O conceito de Ativo tem sido exaustivamente analisado pelos teóricos da contabilidade, afinal, como afirma IUDÍCIBUS²²:

“É tão importante o estudo de ativo que poderíamos dizer que é o capítulo fundamental do estudo da contabilidade, porque à sua definição e avaliação está ligada a multiplicidade de relacionamentos contábeis que envolvem receitas e despesas.”

De fato, a própria interpretação e, principalmente, a escolha dos conceitos de mensuração adotados para os ativos causam impacto sobre os valores de receitas e despesas. Em conseqüência, o resultado contábil depende daquelas opções que, por sua vez, variam segundo os objetivos e os usuários da informação contábil.

Se a informação contábil é dirigida aos acionistas de uma entidade, deve, pois, submeter-se aos parâmetros da legislação societária, que estabelece os critérios permitidos para a mensuração do ativo²³. Ao privilegiar os “*princípios contábeis*”, os relatórios, nos moldes da legislação, acabam por expressar ativos contábeis que podem ser melhor compreendidos a partir da definição apresentada pelo Comitê de Terminologia do AICPA, em 1941 e em 1953, no Accounting Terminology Bulletin nº 1²⁴:

“(...) algo representado por um saldo devedor que é mantido após o encerramento dos livros contábeis de acordo com as normas e princípios de Contabilidade, na premissa de que representa ou um direito de propriedade ou um valor adquirido, ou gasto realizado que criou um direito (...)”

Embora considerada casuística pelo professor IUDÍCIBUS²⁵, a definição acima parece retratar bem o que é um ativo, quando são aplicados os princípios contábeis: uma *figura fictícia* representada por um saldo, e distante da realidade econômica que deveria retratar.

Não se pretende aqui aprofundar sobre o distanciamento entre o conceito econômico e contábil de Ativo, embora, seja fundamental apresentar desde já a sua definição sob o ponto de vista econômico, concordando com MARTINS²⁶, para quem “*ATIVO é o futuro resultado econômico que se espera obter de um agente.*”

Sob esse prisma, o ativo é um recurso econômico com a potencialidade de geração de benefícios futuros para uma entidade. Essa definição econômica de ativo representa, paradoxalmente, um consenso entre estudiosos e profissionais da contabilidade. Inclusive, o Comitê de Conceitos Contábeis e Standards da AAA - American Accounting Association - já em 1957 estabelecia:

“Conceitualmente, a medida de valor de um ativo é a soma dos preços futuros de mercado dos fluxos de serviços a serem obtidos, descontados pela probabilidade de ocorrência e pelo fator juro, a seus valores atuais.”

22 IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da Contabilidade*, p. 102.

23 A legislação brasileira, por exemplo, admite Custo ou mercado, o que for menor, para alguns ativos.

24 IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da Contabilidade*, p. 104.

25 *Id. Ibid.*

26 MARTINS, Eliseu. *Contribuição à Avaliação do Ativo Intangível*. Tese de Doutorado apresentada à FEA/USP, 1972, p. 30.

Todavia, apesar da concordância quase que consensual, o conceito não é vislumbrado freqüentemente em aplicações pragmáticas.

Para os propósitos deste trabalho, parece não haver melhor apreciação do conceito de ativo do que aquele apresentado por MARTINS²⁷ que, após admitir a conceituação de ativo como direito a futuros resultados econômicos, esclarece:

“O conceito conservador é o de qualificar o agente como sendo o ativo; e o deste outro (mais ‘econômico’) é o de assim denominar o resultado trazido pelo agente. O computador é um agente que presta diversos serviços, como cálculo e armazenamento de dados, e isso constitui o verdadeiro ativo; o computador é apenas o agente.”

Ativo é, portanto, o potencial de geração de benefícios futuros proporcionado pelo agente (recurso) em poder²⁸ de determinada entidade. Trata-se de um conceito genérico de ativo, válido para todo e qualquer recurso econômico. Embora, tradicionalmente, o agente e seu respectivo custo (de aquisição, de reposição ou outros) tenham assumido o papel de ativo do patrimônio contábil das entidades, não se pode verificar a sua correspondência com a realidade econômica que se busca retratar. Afinal, o agente é adquirido para ser utilizado e proporcionar benefícios, a partir de sua combinação com outros fatores de produção, organizados no âmbito de um processo de agregação de valor.

Alguns itens, atualmente, não são classificados no ativo, mas, por atender as características apresentadas, concorda-se com MARTINS²⁹ que:

“(...) também se enquadram todos os recursos humanos, quer os dirigidos para a administração, quer os para a produção de bens ou serviços ou outras funções. São recursos que, caso deles se espera um resultado econômico no futuro, representam itens do Ativo da entidade a que se referem. São recursos econômicos, ativos econômicos e, portanto, merecedores de reconhecimento como ativos contábeis. (...) não deve haver divórcio entre o que se entende como Ativo do ponto de vista da Economia e do ponto de vista da Contabilidade.”

A contratação de recursos humanos é realizada na expectativa de que o seu uso produtivo, na combinação com outros recursos (máquinas, materiais e outros), proporcione resultados econômicos, caracterizando, sob esse prisma, uma situação idêntica àquela da compra de uma máquina e, merecendo, portanto, a devida inclusão entre os ativos.

5. A utilização de conceitos subjetivos: Um Exemplo

A tese defendida nos tópicos anteriores enfatiza a importância da utilização de conceitos subjetivos no processo contábil de identificação e mensuração, a fim de que sejam satisfeitas as necessidades de informação do usuário interno.

Em contraste com o usuário externo, o gestor envolvido com decisões cotidianas requer informações capazes de orientá-lo na escolha de alternativas que otimizem suas inúmeras transações diárias.

Nesse caso, se para o usuário externo, os conceitos objetivos podem ser úteis, mesmo que não necessariamente espelhem a realidade econômica da empresa, para o usuário interno a situação é diferente. Mesmo que não passe pelo crivo da objetividade, a melhor

27 *Id. Ibid.*, p. 29.

28 Não é relevante também, neste estudo, a discussão sobre a condição de propriedade ou posse do recurso em relação à entidade. O importante é a capacidade, por parte da entidade, de auferir os benefícios futuros.

29 MARTINS, Eliseu. *Contribuição à Avaliação do Ativo Intangível*, p. 33.

informação possível é necessária, a fim que a eficácia possa ser alcançada. Nesse caso, os tópicos anteriores parecem demonstrar que os conceitos econômicos satisfazem melhor essa necessidade. A seguir, um exemplo simples é apresentado, objetivando ilustrar a utilização de conceitos subjetivos.

Exemplo:

- ⇒ No dia 01/01/X0, a Cia. Exemplo, empresa hipotética, integraliza \$3.000,00 de capital, em moeda, e adquire a Máquina X, pelo preço à vista de \$1.200,00, embora seu preço de mercado à vista seja de \$1.300,00. A empresa espera utilizar 80 horas do equipamento durante 5 meses (para simplificação didática, considera-se o consumo sempre no último dia de cada mês), estimando que seu valor residual seja de \$60,00, no dia 30/05/X0, quando pretende vendê-lo. O valor de 01 hora de serviço de um equipamento análogo à Máquina X, no mercado, equivale a \$3,50.
- ⇒ O equipamento requer 08 horas de manutenção mensal ao custo horário de \$5,00.

Solução:³⁰

Em 01/01/X0, apenas dois eventos foram cabalmente efetivados: a integralização de capital e a aquisição da Máquina X. Porém, o planejamento de combinação dos recursos para a geração de produtos, durante um período de tempo projetado, propicia a visualização de uma série de ocorrências, no âmbito das quais se espera obter agregação de valor econômico.

A decisão de investir e a consideração de seus impactos futuros, alinhavados com todas as variáveis ambientais observadas, em um contexto projetado, possibilitam a contabilização de outros eventos³¹. Esses, originam-se da ação prospectiva dos idealizadores e devem afetar o patrimônio da empresa, ao longo de sua existência.

O primeiro impacto patrimonial é identificado na própria integralização do capital, representado pelo lançamento:

Quadro 01.: (Evento 1) Integralização de Capital

D - CAIXA	\$ 3.000,00
C - CAPITAL	\$ 3.000,00

A compra da Máquina X, efetivada no dia 01/01/X0, envolve as seguintes considerações:

Quadro 02.: (Evento 2) Compra da Máquina X / Provisão p/ Manutenção Mensal

Preço Máq. X	1.200,00	\$	Manutenção	5	hrs./mês
Preço Serviço	3,50	\$	Pço. Manut.	4,00	\$
Vr. Residual	60,00	\$	Tx. de Juros:	1,00%	a.m.
Pr. Merc.	1.300,00	\$	Inflação:	0,00%	a.m.
A.v.					
Uso Máq. X	80	hrs./mês	Prazo:	5	M

³⁰ A metodologia de solução utilizada neste exemplo é aquela contemplada pelo GECON e pode ser encontrada em CATELLI, A. et. al. Mensuração do Resultado segundo a Ótica da Gestão Econômica (GECON), Anais do III Congresso Brasileiro de Gestão Estratégica de Custos, Curitiba-PR, Outubro de 1996, p. 57-76.

³¹ Outros eventos são analisados por REIS, Ernando Antonio dos. *Aspectos da Depreciação de Ativos sob a Ótica da Gestão Econômica*. Dissertação de Mestrado apresentada à FEA/USP, 1997, no capítulo 5.

O preço da Máquina X (‘*agente*’) para um comprador médio no mercado (Pr. Merc. a. v.) é de \$1.300,00. Porém, em consequência da negociação realizada pelos compradores da Cia. Exemplo, a Máquina X é adquirida por \$1.200,00, o que provoca um resultado operacional positivo.

Todavia, sob a ótica do valor econômico, o ativo não é avaliado pelo preço do agente, porém, pelo somatório dos seus serviços futuros, descontados a valor presente e líquidos de despesas. Considerando os volumes e preços dos serviços da Máquina X e da manutenção, o quadro abaixo evidencia os valores futuros mensais e os seus respectivos valores atuais.

Quadro 03.: (Evento 2) Fluxo de Benefícios Futuros / Manutenção da Máq. X

Período	Serviços da Máquina		Manutenção	
	Vr. Futuro	Vr. Presente	Vr. Futuro	Vr. Presente
1	280,00	277,23	20,00	19,80
2	280,00	274,48	20,00	19,61
3	280,00	271,77	20,00	19,41
4	280,00	269,07	20,00	19,22
5	280,00	266,41	20,00	19,03
5	60,00	57,09	-	-
Total	1460,00	1416,05	100,00	97,07

Os resultados da aquisição da Máquina X (‘*agente*’) e do seu potencial de geração de benefícios líquidos são expressos na demonstração a seguir:

Quadro 04.: (Evento 2) Resultado Econômico da Compra da Máquina X

+ Receita Operac. Compra Máq. X	1.300,00
(-) Custo Operac. Compra Máq. X	(1.200,00)
= M.C. Operac. Compra Máq. X	100,00
+ Receita Operac. Compra Serviços	1.416,05
(-) Custo Operac. Compra Serviços	(1.300,00)
(-) Provisão p/ Manutenção	(97,07)
= M.C. Operac. Compra Serviços	18,98
= Resultado	118,98

A Cia. Exemplo eleva o valor de seu patrimônio, ao adquirir tanto o ‘*agente*’ quanto o potencial de benefícios dele, o que conduz ao seguinte Balanço:

Quadro 05.: (Evento 2) Impacto Patrimonial da Compra da Máquina X

Ativo	3.118,98	Passivo+PL	3.118,98
Caixa	1.800,00		

Estoques			
Mat.-	0,00		
prima			
	1.318,98	PL	3.118,98
Equipamentos			
Máquina	1.416,05	Capital	3.000,00
X			
(-) Provisão	(97,07)	Resultado	118,98
Manutenção			

6. *Análise dos Resultados*

Portanto, com base no exemplo anterior, uma vez que tenha sido desenvolvida alguma possibilidade de exploração de benefícios futuros, tem-se um novo ativo. Esse é, também, o caso dos recursos humanos, desenvolvimento de uma marca, da localização entre outros.

O conhecimento dessa capacidade de agregação futura de valor, leva a Cia. Exemplo a ativá-la no momento em que é percebida, pois, se refere a uma nova fonte de benefícios cuja origem (competência) se encontra nas decisões tomadas nesse instante.

Resumindo, ao constituir a Cia. Exemplo, os seus idealizadores/gestores, visualizando todos os desdobramentos futuros de suas ações, de acordo com as condições esperadas, identificam o resultado econômico.

O Resultado econômico, portanto, é decorrente da capacidade de agregação de valor que a Cia. Exemplo detém nos diversos estágios que envolvem o cumprimento de sua missão. Essa capacidade está relacionada com a perspicácia e oportunidade dos idealizadores/gestores, cujo mérito consiste na concepção de um plano eficaz de combinação de recursos. Ou seja, o que agrega valor à Cia. Exemplo é a visão prospectiva do cumprimento de sua missão, materializada na oferta de seus produtos.

Vale ressaltar que essa maneira de apuração de resultado é consistente com as modernas metodologias de avaliação de empresas, utilizadas pelos usuários externos, que consideram o fluxo presente de lucros futuros, como o CAPM, por exemplo. A diferença fundamental reside no detalhamento da informação sobre o resultado de cada evento particular, pois o usuário interno requer esse refinamento para tomar decisões ótimas em cada circunstância.

Essa leitura prospectiva deve considerar todas as variáveis ambientais capazes de afetar a atuação da Cia. Exemplo e, conseqüentemente, o valor de seu patrimônio. Nesse caso, há que se considerar possíveis reações de concorrentes, fornecedores, consumidores e demais agentes que possam causar impacto sobre os planos traçados. Ações da natureza tais como calamidades, variações climáticas entre outras devem também ser antecipadas da melhor maneira possível, bem como outras influências de natureza política, econômica, social etc.

Os valores de ativos e lucros, apurados em cada evento, são fundamentais para a avaliação da eficácia de cada decisão. Nesse sentido, a avaliação de desempenho dos gestores, bem como suas recompensas e/ou 'punições' dependem de informações contábeis formatadas nos moldes apresentados acima.

Nota-se que a utilização de conceitos subjetivos afeta, de maneira drástica, o aspecto da objetividade, largamente defendido pelos teóricos da contabilidade, quando

preocupados com os usuários externos. Entretanto, conforme análise evidenciada anteriormente., para os interesses do usuário interno, a utilidade da informação deve prevalecer sobre a sua objetividade.

A consideração de conceitos subjetivos, no âmbito do sistema contábil, geralmente desperta críticas sobre a possibilidade de a contabilidade querer substituir o papel dos administradores, transferindo para o contador a 'leitura' do ambiente, o cálculo prospectivo e a interpretação dos eventos. Essa crítica não procede, pois, não se pretende, enfatizando a subjetividade, transferir tais papéis para o contador, mas, tão somente contemplar, no sistema de informação que a contabilidade administra: o sistema de informação econômico-financeiro, toda a lógica que move o universo da decisão. O processamento do sistema de informação econômico-financeiro deve respeitar tal lógica, porém, todas as entradas ('inputs') continuam sendo prerrogativas dos diversos gestores operacionais da organização.

7. *Considerações Finais*

A Contabilidade se caracteriza pela existência de diversos usuários que demandam suas informações. Os objetivos e exigências dos usuários são variados e cabe à Teoria Contábil prover bases adequadas para que todos sejam satisfeitos.

De um lado, o usuário externo requer informações geradas a partir de um processo caracterizado pela objetividade e pelo conservadorismo, aspectos qualitativos enquadrados nos '*princípios de contabilidade geralmente aceitos*'. Segundo a Teoria positiva da Contabilidade, as avaliações subjetivas, que incorporam a noção de valor, são desnecessárias, sendo que o lucro contábil, nos moldes atuais, é satisfatório, à luz das hipóteses do mercado eficiente e da utilização do CAPM. Os números contábeis, nesse contexto, revelam sua importância ao servirem de base para estimativas futuras de caixa e risco.

De outro lado, o usuário interno - o gestor envolvido com decisões cotidianas da empresa - requer informações que o auxiliem na escolha de alternativas otimizadoras. Nesse caso, é perceptível a importância capital da utilização de conceitos subjetivos. As decisões ótimas são aquelas que elevam o valor da empresa e, o gestor necessita conhecer o impacto de cada decisão sobre o valor da empresa, ainda que de maneira subjetiva. Afinal, o valor subjetivo representa a '*verdade relativa*' do instante da decisão.

Uma Teoria abrangente da Contabilidade requer atenção personalizada aos usuários da informação contábil e, conseqüentemente, deve proporcionar alternativas capazes de satisfazer cada particularidade.

Bibliografia

BEDFORD, N. M. *Income Determination Theory: An Accounting Framework*. Addison-Wesley, 1965.

BODENHOR, D.. *An Economist Looks at Industrial Accounting and Depreciation*. *The Accounting Review*, October 1961.

CHANG, E. C. *Business Income in Accounting and Economics*. *The Accounting Review*, October 1962.

GUERREIRO, R. *A Meta da Empresa: seu alcance sem mistérios*. São Paulo: Atlas, 1996.

GUERREIRO, R. *Modelo Conceitual de Sistema de Informação de Gestão Econômica: Uma Contribuição à Teoria da Comunicação da Contabilidade*. Tese de Doutorado apresentada à FEA/USP, 1989.

- HICKS, J. Value and Capital. 2^a ed. London: Oxford University Press, 1946.
- IUDÍCIBUS, S. de. Teoria da Contabilidade. 3^a ed., São Paulo: Atlas, 1993.
- KAM, V. Accounting Theory. New York: John Wiley & Sons, 1986.
- MARTINS, E. Contribuição à Avaliação do Ativo Intangível. Tese de Doutorado apresentada à FEA/USP, 1972.
- MCCULLERS, L. D. & SCHROEDER, R. G. Accounting Theory: Text and Readings. New York: John Wiley e Sons, 1982.
- REIS, E. A. Aspectos da Depreciação de Ativos sob a Ótica da Gestão Econômica. Dissertação de Mestrado apresentada à FEA/USP, 1997.
- SOLOMONS, D. Economic and Accounting Concepts of Income. The Accounting Review, Julho de 1961.
- WATTS, R. L. & ZIMMERMAN, J. L. Positive Accounting Theory. New Jersey: Prentice Hall, 1986.